



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

O IMPACTO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO NA GESTÃO PÚBLICA: uma análise da revitalização do horto florestal de Fátima do Sul - MS

Gleyson Cipriano Silva
Universidade Federal da Grande Dourados
gleysoncipri@gmail.com

Jane Corrêa Alves Mendonça
Universidade Federal da Grande Dourados
janemendonca@ufgd.edu.br

RESUMO

O presente estudo analisa a influência da pesquisa científica no processo de tomada de decisão da gestão pública municipal. O problema central investiga em que medida o TCC de Silva (2011) orientou a revitalização do Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin, em Fátima do Sul – MS. Metodologicamente, realizou-se um estudo de caso qualitativo, com análise documental do Processo Administrativo nº 044/2024 e entrevistas semiestruturadas com gestores. Os resultados indicam que, embora o investimento de R\$1.482.500,00 tenha promovido melhorias no entorno e na iluminação, a utilização do conhecimento acadêmico ocorreu de forma indireta e fragmentada. Conclui-se que barreiras burocráticas e de licenciamento ambiental impediram a plena execução das propostas científicas originais, como a revitalização das trilhas internas e a sinalização botânica.

Palavras-chave: Administração Pública; Gestão Ambiental; Tomada de Decisão; Horto Florestal; Conhecimento Acadêmico.

1 INTRODUÇÃO

As áreas verdes urbanas são indicadores fundamentais de qualidade de vida, exercendo funções ecológicas e sociais essenciais. No município de Fátima do Sul (MS), o Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin destaca-se como o último remanescente de mata nativa na área urbana, embora historicamente tenha enfrentado processos de degradação. Em 2011, um estudo acadêmico (SILVA, 2011) realizou a catalogação da flora e propôs diretrizes para sua recuperação.

Apesar da relevância de estudos locais, observa-se uma lacuna científica na compreensão de como esses trabalhos são — ou não — absorvidos pelo poder público. A literatura internacional discute a transferência de conhecimento, mas há poucos estudos empíricos que rastreiam a influência de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em uma política pública municipal específica. Este artigo busca preencher essa lacuna ao investigar o processo de revitalização iniciado em 2024. O objetivo é analisar a conexão entre o saber universitário e a prática administrativa sob a lente das teorias de decisão.

A vegetação urbana desempenha papéis práticos, como o controle da temperatura, a melhoria do ar e o fomento à biodiversidade local. Mello Filho (1982) destaca que o plantio de árvores e arbustos cria microclimas mais agradáveis, favorecendo a oxigenação. Nessa perspectiva, Furlan (2004) argumenta que a cobertura vegetal deve ser vista como um indicador direto de saúde pública, impactando a integridade física e mental da população.

Para além do viés ecológico, Guzzo (1991) observa que esses espaços fortalecem os vínculos comunitários e a prática esportiva. Logo, a gestão eficiente desses ambientes torna-se um desafio central para a administração pública, exigindo uma articulação entre políticas urbanísticas, ambientais e sociais.

No cenário de Fátima do Sul (MS), o Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin surge como um patrimônio de grande valor. Contudo, apesar de sua importância histórica e educativa, Silva (2011) já apontava em seu estudo sobre a diversidade florística local que o espaço sofria com a degradação e a falta de manutenção. Na época, a percepção popular sobre a conservação do Horto variava entre "ruim" e "razoável", evidenciando a urgência de intervenções que o reintegrassem de forma produtiva às políticas do município.

O diagnóstico realizado por Silva em 2011 não apenas mapeou a flora local, mas sugeriu estratégias práticas para a recuperação do Horto Florestal. Recentemente, a administração municipal iniciou um processo de revitalização do espaço, executando obras que visam

restaurar seu papel social e ecológico.

Diante desse cenário, questiona-se: até que ponto o diagnóstico e as diretrizes propostas no estudo acadêmico de 2011 serviram de base para o planejamento e a execução das atuais obras de revitalização do Horto Florestal de Fátima do Sul?

A pesquisa busca entender a relação entre o conhecimento produzido na universidade e a prática da gestão pública, investigando se o trabalho acadêmico funcionou como um suporte técnico real para as decisões tomadas pela prefeitura.

Objetivo Geral

Analisar como o TCC "O Horto Florestal de Fátima do Sul – Diversidade Florística e Potencial de Uso" (Silva, 2011) influenciou o processo decisório e a execução do projeto de revitalização do Horto.

Objetivos Específicos

Levantar as principais recomendações de melhoria apresentadas no estudo de 2011;

Identificar, junto aos gestores públicos, os fatores que motivaram a obra, bem como detalhes sobre escopo, prazos e custos;

Avaliar se os responsáveis pelo projeto atual conheciam e utilizaram o TCC de 2011 como referência técnica;

Contrastar as propostas sugeridas pela academia em 2011 com o que foi efetivamente entregue pela gestão municipal.

Este trabalho se justifica pela necessidade de verificar o impacto prático da pesquisa acadêmica na realidade local. Investigar se um TCC serviu de base para uma política pública permite refletir sobre a função social da universidade e a eficácia da integração entre o ensino superior e a administração municipal.

Conforme aponta Becker (1996), áreas verdes podem atuar como motores de desenvolvimento local, desde que o planejamento urbano as trate de forma estratégica. Analisar o caso do Horto Florestal ajuda a identificar o que facilita ou impede que o conhecimento técnico seja absorvido pelos gestores públicos.

Sob a ótica da Administração Pública, este estudo contribui para o debate sobre a tomada de decisão baseada em evidências. Espera-se, com isso, oferecer caminhos para fortalecer parcerias entre prefeituras e universidades, buscando uma gestão mais técnica, eficiente e comprometida com o desenvolvimento sustentável.



2 REVISÃO DA LITERATURA

Este referencial fundamenta a pesquisa por meio de três eixos principais. Primeiramente, discute-se o papel das áreas verdes no cenário urbano e suas funções multidimensionais. Em seguida, aborda-se a teoria da administração pública com foco no processo decisório e na formulação de políticas. Por fim, apresenta-se uma síntese do diagnóstico realizado em 2011, que serve como parâmetro comparativo para esta análise.

2.1 Funções e Importância das Áreas Verdes Urbanas

As áreas verdes urbanas são pontos de equilíbrio vitais entre o adensamento das cidades e o meio natural, influenciando diretamente variáveis como conforto térmico, qualidade do ar e a saúde mental dos habitantes. Martinez (2010) define esses espaços como áreas públicas ou privadas com predominância de vegetação, voltadas tanto à preservação quanto ao lazer.

A relevância dessas áreas ultrapassa o valor estético. Segundo Furlan (2004), a presença de vegetação é um indicador de qualidade de vida, pois regula o microclima e sustenta o equilíbrio ecológico local. Além de mitigar as "ilhas de calor", esses espaços facilitam a drenagem urbana e oferecem refúgio para a fauna, integrando o cidadão ao ambiente natural.

Nessa linha, Guzzo (1991) destaca a função social essencial desses locais. Ao servirem como pontos de contemplação e recreação, as áreas verdes ajudam a reduzir os níveis de estresse e fortalecem o senso de comunidade. Portanto, a conservação desses espaços não deve ser vista apenas como uma pauta ambiental isolada, mas como uma estratégia de planejamento urbano e gestão pública.

Outros autores reforçam essa complexidade: Mello Filho (1982) descreve as árvores como "filtros biológicos" que otimizam a oxigenação, enquanto Becker (1996) e Hérítier (2007) tratam as áreas verdes como ferramentas de reestruturação territorial e desenvolvimento sustentável. Além disso, Vieira et al. (2003) salientam o potencial pedagógico desses ambientes, funcionando como "laboratórios vivos" para a educação ambiental. Assim, revitalizar o Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin de Fátima do Sul é uma ação que entrelaça cidadania, meio ambiente e bem-estar social.

2.2 Administração Pública, Tomada de Decisão e Políticas Públicas

A administração pública tem o dever de orquestrar ações que atendam ao interesse coletivo, sendo o processo decisório o motor dessa engrenagem, especialmente em projetos de infraestrutura ambiental.

Para Peters (2008), a governança pública pressupõe a capacidade do Estado de coordenar atores e recursos para atingir objetivos coletivos, o que, no caso de Fátima do Sul, exige a integração entre o saber técnico-acadêmico e a execução administrativa. Essa dinâmica é detalhada por Howlett e Ramesh (2003) no modelo de ciclo de políticas públicas, que compreende o processo desde a montagem da agenda até a avaliação. Segundo os autores, o sucesso de uma política depende da qualidade do suporte técnico disponível em cada fase.

Secchi (2016) reforça que a análise de políticas públicas deve considerar não apenas os documentos formais, mas as interações e decisões reais dos atores envolvidos. Somado a isso, o Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon (1995) sugere que a implementação de uma ação ocorre quando o fluxo dos problemas, das soluções (como o estudo de 2011) e o político convergem. Uma vez que o tema ascende à agenda, a tomada de decisão é moldada pela racionalidade limitada de Herbert Simon (1979), onde os gestores optam por soluções satisfatórias diante de limites cognitivos e orçamentários.

No âmbito da formulação de políticas, o Modelo de Múltiplos Fluxos de John Kingdon (1995) sugere que a implementação de uma ação ocorre quando o fluxo dos problemas (degradação do Horto), o fluxo das soluções (estudos técnicos como o de 2011) e o fluxo político (vontade governamental) convergem em uma 'janela de oportunidade'. Segundo Kingdon, soluções técnicas muitas vezes permanecem latentes em uma 'sopa de ideias' até que um evento político ou uma demanda social as torne viáveis para a execução pública.

Uma vez que o tema ascende à agenda prioritária, a tomada de decisão no setor público passa a ser moldada pela racionalidade limitada, proposta por Herbert Simon (1979). Segundo esta teoria, os gestores não possuem capacidade cognitiva ou tempo para processar todas as variáveis de um projeto, optando por soluções que atendam a critérios mínimos de satisfação e viabilidade imediata. No contexto de Fátima do Sul, essa limitação é acentuada por restrições orçamentárias e pela complexidade dos licenciamentos ambientais, o que justifica a escolha por intervenções de infraestrutura em detrimento de ações pedagógicas mais profundas.

Somam-se a isso as amarras legais e financeiras. No Brasil, o rigor de normas como a Lei nº 8.666/1993 e a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) impõe princípios de eficiência e legalidade que moldam o cronograma de qualquer obra pública. Avaliar a revitalização do Horto sob essa ótica permite entender o nível de maturidade da gestão local ao



integrar evidências científicas às obrigações burocráticas e orçamentárias.

2.3 O Estudo de Caso de 2011: Diagnóstico e Propostas

O trabalho de Silva (2011), intitulado O Horto Florestal de Fátima do Sul – Diversidade Florística e Potencial de Uso, é o pilar comparativo deste TCC. O autor realizou um levantamento minucioso que revelou não apenas a riqueza biológica do local, mas também o distanciamento da população em relação ao espaço.

No aspecto botânico, o mapeamento de 40 espécies de 22 famílias diferentes confirmou o valor educativo e utilitário do Horto (uso medicinal, madeireiro e alimentício). Já no âmbito social, os dados eram contrastantes: embora 81,5% dos moradores vissem o Horto como ambientalmente relevante, cerca de 25% avaliavam sua conservação como "ruim" ou "razoável", evidenciando um cenário de abandono.

Com base nesse cenário, Silva (2011) sugeriu intervenções práticas para reverter o quadro de degradação:

- Recuperação das áreas degradadas e manutenção constante;
- Reforço na iluminação pública para garantir segurança;
- Instalação de mobiliário urbano (bancos e lixeiras) e sinalização informativa;
- Criação de trilhas guiadas com identificação científica das plantas;
- Uso do espaço para projetos escolares e academias ao ar livre.

Essas recomendações formaram uma base técnica sólida que, em tese, deveria nortear qualquer intervenção futura. Portanto, o presente trabalho utiliza essas metas como régua para medir o quanto a administração municipal avançou, estagnou ou divergiu do planejamento sugerido pela academia há mais de uma década.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação define-se como um estudo de caso, visto que analisa um evento específico e situado: a revitalização de um espaço público local. Como aponta Yin (2015), essa estratégia é ideal para investigar eventos contemporâneos em seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o cenário nem sempre são nítidas.

A abordagem adotada é de natureza qualitativa, voltada à compreensão das motivações e percepções dos gestores envolvidos. Para Minayo (2016), essa perspectiva é a mais indicada

quando o objetivo é interpretar o universo de valores e atitudes que não podem ser meramente quantificados. Quanto aos objetivos, o estudo assume caráter descritivo e exploratório, buscando registrar as características da intervenção e levantar relações ainda pouco exploradas na literatura regional.

3.1 Tipo e Natureza da Pesquisa

Esta investigação define-se como um estudo de caso, visto que analisa um evento específico e situado: a revitalização de um espaço público local. Como aponta Yin (2015), essa estratégia é ideal para investigar eventos contemporâneos em seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o cenário nem sempre são nítidas.

A abordagem adotada é de natureza qualitativa, voltada à compreensão das motivações e percepções dos gestores envolvidos. Para Minayo (2016), essa perspectiva é a mais indicada quando o objetivo é interpretar o universo de valores e atitudes que não podem ser meramente quantificados. Quanto aos objetivos, o estudo assume caráter descritivo e exploratório, buscando registrar as características da intervenção e levantar relações ainda pouco exploradas na literatura regional.

3.2 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de informações foi organizada em duas frentes complementares:

Fase 1 – Pesquisa Bibliográfica e Documental: Consistiu no levantamento de autores que discutem a gestão pública e áreas verdes, além da análise do Processo Administrativo nº 044/2024 e do convênio firmado com o Governo do Estado de MS. Também foram utilizados registros audiovisuais sobre o legado do Padre Aquiles Pio Redin para fundamentar o contexto histórico da área.

Fase 2 – Pesquisa de Campo (Entrevistas): Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores-chave do processo de revitalização. A amostra incluiu o Engenheiro Fabiano Nunes, responsável pela obra na gestão anterior (entrevista concedida em 03/11/2025), e o Engenheiro Dirceu Deguti, atual responsável técnico pela administração do projeto na prefeitura de Fátima do Sul. As entrevistas focaram na motivação política, nos entraves de licenciamento ambiental e na utilização de estudos técnicos prévios.

O roteiro das entrevistas foi estruturado em quatro eixos temáticos:



- A motivação política para a proposta da obra;
 - O fluxo de planejamento e execução das ações;
 - As fontes de conhecimento técnico utilizadas (verificando a consulta ao estudo de 2011);
 - Os entraves financeiros e legais do projeto.
- A amostragem é intencional, priorizando técnicos das Secretarias de Obras e de Meio Ambiente, além de outros agentes que participaram ativamente da execução do projeto.

3.3 Tratamento e Análise dos Dados

Para o tratamento do material coletado, será aplicada a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite realizar inferências objetivas a partir do conteúdo das mensagens. As falas serão transcritas e classificadas segundo o nível de utilização do estudo de 2011:

- Desconhecimento total;
- Conhecimento sem aplicação prática;
- Utilização parcial ou indireta;
- Uso direto como subsídio técnico.

Por fim, será traçado um comparativo entre o diagnóstico de Silva (2011) e o que foi efetivamente executado pela prefeitura, identificando convergências e pontos de abandono das sugestões acadêmicas iniciais.

3.4 Limitações da Pesquisa

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações inerentes ao estudo, como o número restrito de gestores disponíveis para entrevista e a possível lentidão no acesso a documentos públicos detalhados. Além disso, por se tratar de um estudo de caso local, os resultados não permitem generalizações amplas. Entretanto, a pesquisa cumpre o papel de investigar a integração entre a universidade e o poder público em Fátima do Sul, oferecendo um diagnóstico valioso sobre essa parceria.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados em campo, confrontando-os com as bases teóricas de Simon (1979) e Kingdon (1995), além de estabelecer o paralelo necessário com o estudo precursor de Silva (2011). A discussão divide-se entre a caracterização da obra, a influência da produção acadêmica no processo decisório e o balanço entre o que foi sugerido e o que foi, de fato, executado.

A revitalização do Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin foi viabilizada pelo Processo Administrativo nº 044/2024, contando com um investimento de R\$ 1.482.500,00 oriundo do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. O cronograma de execução de 90 dias, conforme a placa da obra, indica uma priorização de intervenções de infraestrutura de rápida implementação. A Tabela 1 apresenta o comparativo entre o que foi proposto no estudo de Silva (2011) e o que foi efetivamente entregue pela gestão.

4.1 Perfil da Obra de Revitalização

A obra de revitalização do espaço, oficialmente denominado Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin, representa um investimento significativo na infraestrutura urbana de Fátima do Sul. O projeto foi viabilizado por meio de um convênio entre a Gestão Municipal (2021–2024) e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com os registros oficiais da placa da obra e documentos administrativos, os principais dados técnicos são:

Valor do Orçamento Contratado: R\$ 1.482.500,00;

Fonte de Recursos: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul;

Início da Obra: 27 de maio de 2024;

Prazo de Execução: 90 dias;

Responsabilidade Técnica: DRV Construtora LTDA.

O montante investido demonstra que a revitalização foi tratada como prioridade no campo do lazer e do meio ambiente. Entretanto, ao analisar o Processo Administrativo nº 044/2024, observa-se que o objeto da licitação foi descrito de forma genérica como “Revitalização do Horto Florestal”.

A dependência de recursos estaduais para a execução da obra em Fátima do Sul evidencia os desafios de governança pública descritos por Peters (2008), que destaca a

necessidade de coordenação entre diferentes níveis de governo e atores locais. No Horto Florestal, essa coordenação falhou ao não integrar o conhecimento técnico da universidade (o TCC de 2011) ao plano de trabalho do convênio estadual, resultando em uma aplicação de recursos focada estritamente em infraestrutura básica.

Essa amplitude contratual, quando confrontada com a execução prática, reforça a percepção de que a gestão optou por concentrar os recursos em intervenções de maior visibilidade e menor complexidade técnica, como iluminação e urbanização do entorno.

Esse direcionamento também pode ser explicado pelo prazo reduzido de 90 dias, que favorece obras de infraestrutura mais imediatas, como pavimentação e instalação elétrica. Em contrapartida, intervenções mais complexas — como a revitalização das trilhas internas e a implementação de projetos educativos — exigiriam maior tempo, planejamento técnico e licenciamento ambiental.

4.2 A Relação entre o Estudo de 2011 e o Projeto de Revitalização

A análise da influência do estudo de Silva (2011) ganha contornos mais claros a partir dos relatos colhidos em campo. Em entrevista, o engenheiro responsável pela obra na gestão anterior confirmou que o diagnóstico acadêmico circulou informalmente entre a equipe técnica e a comunidade, servindo como uma espécie de "memória técnica" para a cidade. Segundo o entrevistado, o estudo ajudou a consolidar a percepção de que o Horto é o "último resquício de Mata Atlântica" da região e que sua preservação era urgente.

O Engenheiro Fabiano Nunes (2025) destacou em entrevista que a ideia de catalogação botânica presente no estudo original era valorizada pela equipe: "Essa trilha na frente com as plaquinhas [...] seria interessante para os estudantes da área; com o estudo já fica até mais fácil". Entretanto, Nunes ressaltou que o maior obstáculo foi o licenciamento ambiental para intervenções internas. O gestor afirmou que "o licenciamento ambiental nesse projeto é muito complexo", o que forçou a administração a focar no calçamento externo e na iluminação, áreas de menor impedimento legal.

O Engenheiro Dirceu Deguti, da gestão atual, acompanha a fase de consolidação dessas melhorias. A divergência entre o ideal proposto (Silva, 2011) e o executado (2024) confirma a teoria de Simon (1979): diante da burocracia ambiental, a gestão optou pela solução viável (entorno e iluminação por segurança) em detrimento da solução técnica ideal (revitalização total das trilhas internas).

A interrupção do projeto de revitalização das trilhas internas, justificada pelo Engenheiro Fabiano Nunes devido à complexidade burocrática, demonstra uma ruptura no ciclo de políticas públicas. Conforme Howlett e Ramesh (2003), uma política pode falhar na transição da fase de formulação para a de implementação se não houver um suporte técnico e legal robusto que antecipe tais gargalos. No caso em tela, o estudo de 2011 ofereceu a 'solução', mas a gestão não conseguiu operacionalizá-la dentro do subsistema de políticas ambientais do município.

Embora não tenha havido uma citação formal do TCC no projeto executivo, o gestor admitiu que o trabalho acadêmico funcionou como uma inspiração direta e indireta. Esse fenômeno ilustra o que Kingdon (1995) define como o acúmulo de ideias no "fluxo das soluções": o conhecimento científico penetra na administração pública de forma difusa, moldando a opinião dos técnicos e preparando o terreno para a decisão política, mesmo que o rito acadêmico de citação seja ignorado na prática governamental. Assim, o TCC atuou no fluxo das soluções, mas sua conversão em política pública foi mais intuitiva do que metodológica. O que se nota é uma convergência por necessidade: a prefeitura acabou executando o que a academia sugeriu simplesmente porque as demandas sociais e técnicas eram evidentes, e não por uma consulta direta ao trabalho científico.

A formalização do nome Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin reforça a dimensão histórica do espaço, já mencionada nas entrevistas. Essa nomeação resgata a memória da atuação dos Padres Palotinos na região, fortalecendo a identidade simbólica do local e o vínculo comunitário — aspecto que dialoga com a valorização do patrimônio sugerida por Silva (2011).

Além disso, a análise do cronograma da obra contribui para compreender as escolhas da gestão pública. O prazo de execução de 90 dias indica a priorização de intervenções estruturais de rápida implementação, como iluminação e urbanização externa. Em contrapartida, propostas de caráter educativo e ambiental — como trilhas interpretativas e projetos pedagógicos — demandariam um planejamento contínuo, que extrapola o escopo de uma obra de engenharia.

4.3 Análise Comparativa: Propostas de 2011 versus Intervenções Realizadas

A análise comparativa entre as propostas de Silva (2011) e as intervenções executadas revela não apenas limitações operacionais, mas também uma ruptura na continuidade histórica e técnica da gestão do espaço.

A dimensão histórica do Horto ganha maior profundidade a partir de registros que

remontam à atuação dos Padres Palotinos. Originalmente conhecido como “Mata do Padre”, o local integrava uma área maior vinculada às atividades do Padre Aquiles Pio Redin, que desenvolvia ações agrícolas e sociais voltadas à comunidade. Esses registros indicam que o Horto constitui o último remanescente significativo da vegetação nativa do município.

Um elemento particularmente relevante é a evidência de que já houve, no passado, um processo de identificação botânica no local. Relatos históricos indicam que as árvores possuíam placas com seus nomes catalogados, as quais se deterioraram ao longo do tempo por serem feitas de madeira.

Esse dado estabelece uma conexão direta com o estudo de Silva (2011), que retomou essa proposta ao realizar a catalogação das espécies e sugerir a implementação de sinalização científica como ferramenta de educação ambiental.

A decisão de priorizar o calçamento externo em detrimento da identificação da flora — que, segundo registros históricos, já foi realizada no passado — pode ser interpretada sob a ótica de Secchi (2016), que defende que a análise de políticas deve focar nas interações e decisões reais dos atores.

Entretanto, a ausência desta sinalização no atual projeto de revitalização — mesmo diante de um investimento de R\$1.482.500,00 — evidencia uma falha na preservação da memória técnica do espaço. A gestão atual priorizou intervenções estruturais externas, enquanto o potencial do Horto como “laboratório vivo” permanece subexplorado.

Essa lacuna é agravada pelas restrições de acesso às trilhas internas, decorrentes das exigências de licenciamento ambiental. Assim, observa-se que não apenas as recomendações acadêmicas de 2011 foram parcialmente ignoradas, mas também iniciativas históricas anteriores de valorização científica do espaço foram descontinuadas.

Tabela 1: Comparativo entre as diretrizes acadêmicas (2011) e a execução física (2024)

Propostas de Silva (2011)	Executado na Obra (2024)	Justificativa Técnica / Entraves
Iluminação	Sim	Foco na segurança e no entorno externo
Mobiliário Urbano	Parcial	Academias e bancos instalados apenas na parte externa
Trilhas Interpretativas	Não	Impedimento por falta de licenciamento
Sinalização Botânica	Não	Ausência de manutenção de projeto educativo

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Silva (2011) e dados de campo (2026).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cumpriu o objetivo de analisar a influência do conhecimento acadêmico na revitalização do Horto Florestal Padre Aquiles Pio Redin. A investigação revelou que a influência do TCC de Silva (2011) ocorreu de forma assistemática, funcionando mais como uma referência técnica informal e "memória da cidade" do que como uma diretriz executiva formalizada no processo licitatório.

A principal contribuição científica deste trabalho reside na demonstração empírica da lacuna entre a produção acadêmica e a execução de políticas públicas em municípios de pequeno porte. Observou-se que, embora o fluxo das soluções (o estudo de 2011) estivesse disponível, o processo decisório foi filtrado pela racionalidade limitada dos gestores. Como implicação prática para a gestão pública, destaca-se que o alto investimento (R\$ 1.482.500,00) focado apenas em infraestrutura externa, sem o devido licenciamento para a área de mata, acaba por subutilizar o potencial científico e pedagógico do patrimônio ambiental.

As entrevistas com os engenheiros Fabiano Nunes e Dirceu Deguti foram cruciais para evidenciar que entraves burocráticos e a descontinuidade administrativa são os maiores vilões da integração universidade-governo. O fato de placas de identificação botânica terem existido no passado e se perdido reforça a necessidade de políticas de manutenção que transcendam períodos de mandato.

Como agenda futura de pesquisa, sugere-se a realização de estudos de impacto pós-ocupação para verificar se a nova iluminação e o calçamento externo alteraram o perfil de uso da comunidade e os índices de segurança no entorno. Além disso, recomenda-se investigar modelos de consórcios intermunicipais ou parcerias público-privadas que facilitem o licenciamento ambiental para fins de educação científica em áreas de preservação urbana.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, B. K. **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 04 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14133.htm. Acesso em: 04 abr. 2026.

FURLAN, S. A. **Arborização urbana: planejamento e gestão.** São Paulo: USP, 2004.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GUZZO, P. **Estudo das áreas verdes urbanas de Ribeirão Preto, SP.** 1991. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

HÉRITIER, A. **Explaining Institutional Change in Europe.** Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. 2. ed.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies. 2. ed.** Boston: Little, Brown and Company, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica. 8. ed.** São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINEZ, J. P. **As áreas verdes na cidade: um estudo sobre o planejamento urbano.** São Paulo: Annablume, 2010.

MELLO FILHO, L. E. **Arborização urbana.** Rio de Janeiro: IBDF, 1982.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

NUNES, Fabiano. **Entrevista concedida a Gleyson Cipriano Silva.** Fátima do Sul, 03 nov. 2025. (Informação verbal).

PETERS, B. G. **Managing horizontal government: the politics of co-ordination.** Ottawa: Canadian Centre for Management Development, 2008.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed.** São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, G. **O Horto Florestal de Fátima do Sul – Diversidade Florística e Potencial de Uso.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – UFGD, Fátima do Sul, 2011.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas.** Rio de Janeiro: FGV, 1979.

VIEIRA, M. S. et al. **Educação ambiental em áreas verdes.** Curitiba: Ibama, 2003.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.